



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /XI ( .ª)  
 PERGUNTA Número 847 /XII ( / .ª)

Expeça-se

Publique-se

2011.04.25

O Secretário da Mesa

**Assunto:** Porto Comercial de Viana do Castelo

Construção de acessibilidades rodoviárias

**Destinatário:** Ministro da Economia e do Emprego

*Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia da República*

O porto comercial de Viana do Castelo é uma infraestrutura marítimo portuária com uma capacidade instalada para movimentar cerca de 900.000 toneladas de carga por ano e a nova Administração tem vindo a modernizar o seu modelo de funcionamento quer ao nível dos equipamentos e instalações, quer dos procedimentos e formalismos de controlo de entradas e saídas de navios e movimentos de mercadorias utilizando o sistema da denominada janela única portuária.

O plano estratégico de desenvolvimento do porto apresentado em Janeiro de 2010 reafirma e pretende reforçar o papel desta infraestrutura portuária como um dos principais pólos de atração de atividade comercial e industrial do Alto Minho atribuindo-lhe um papel de importância crucial na geração de dinâmicas fundamentais para o desenvolvimento sócio económico da região.

No ano de 2010 e comparativamente com 2009 o movimento de navios comerciais teve um acréscimo de 21% e as operações de carga e descarga de mercadorias (524.000 T) aumentou 30% servindo fundamentalmente as operações de importação e exportação desenvolvidas por duas grandes empresas da região a EuropaeKraft (ex-Portucel) e a Enercon.

O aumento da atividade e a melhoria das condições de operabilidade do porto, para além de boas condições técnicas da infraestrutura e de uma competitiva política tarifária, depende em muito da melhoria da sua acessibilidade rodoviária, obra cujo projeto de execução se encontra



já concluído.

A urgência da concretização desta nova acessibilidade é justamente reivindicada pelas autarquias, empresas e outros agentes económicos da região (Comunidade Portuária) e mobiliza os esforços da Administração do porto (APVC) na conclusão do trabalho de expropriações das parcelas de terreno necessárias à implantação da nova rodovia de acesso, processo que se encontra em adiantada fase de concretização.

Estarão pois reunidas a curto prazo todas as condições técnicas para a execução da empreitada, sendo agora fundamental garantir as fontes de financiamento necessárias à concretização do investimento.

Assim:

Ao abrigo da alínea d) do artº 156 º da Constituição e nos termos do estabelecida no artº 229º do Regimento da Assembleia da República, solicita-se ao Governo que por intermédio do Ministro da Economia e Obras Públicas, seja prestada a seguinte informação:

**1 – O Ministério da Economia através da Secretaria de Estado das Obras Públicas tem previsto no seu plano de investimentos para 2012 o início da construção do acesso rodoviário ao porto de Viana do Castelo?**

**2- Vai ou não o Governo inscrever no Orçamento de Estado para o próximo ano as verbas que permitam garantir o financiamento público necessário à concretização deste investimento?**

Palácio de São Bento, 23 de Setembro de 2011.

Os Deputados

(Jorge Fão)

(Fernando Medina)